

# AS ESQUERDAS MARXISTAS NO BRASIL PÓS-60 E A DEMOCRACIA

Carla Giani MARTELLI<sup>1</sup>

Não poderia ser mais oportuna a publicação do volume 6 da *História do Marxismo no Brasil*, já que se comemora os 90 anos da Revolução Russa. O triunfo da Revolução de outubro de 1917 suscitou grande entusiasmo para aqueles que defendiam propostas marxistas no Brasil. Resgatar a história do marxismo no país, ainda que este entusiasmo tenha ficado bastante comprometido com o fim do socialismo na Europa Oriental e com a dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, é imprescindível para se compreender os partidos e movimentos de esquerda da atualidade.

Organizado por Marcelo Ridente e Daniel Aarão Reis, o livro aborda a temática do marxismo a partir dos anos 1960. A coleção se mostra bastante rica e interessante, dada a quantidade de diferentes posições teóricas sobre a temática. Ambigüidades, embates e disputa pela hegemonia no entendimento de conceitos e práticas são uma constante na história das esquerdas ali retratadas. Mas há duas questões que chamam a atenção pela frequência com que aparecem nos artigos. A primeira diz respeito à disputa pela vanguarda revolucionária, ou ainda, à disputa pela representação da classe trabalhadora. E a segunda, ao espaço crescente que o valor da democracia vai conquistando nos partidos e movimentos de esquerda no período analisado.

José Antonio Segatto e Raimundo Santos, por exemplo, mostram a importância que a democracia vai assumindo na trajetória do Partido Comunista Brasileiro e, então, o papel fundamental do PCB para construção da democracia e da esquerda brasileiras. Ao longo de 70 anos, o PCB teria passado por processos que o levariam a valorizar a política como tal, aderindo à democracia política sem reservas, mostrando seu compromisso com um processo de aperfeiçoamento progressivo da sociedade, com o fortalecimento das instituições e de uma cultura política democrática. Após os anos 50, o PCB teria dado sinais bastante claros de que caminharia em direção a uma estratégia de reformas parciais concretizáveis à medida que o país se fosse democratizando. Neste sentido, o PCB vai “[...] cada vez mais descentrar sua práxis da idéia de revolução *stricto sensu* e apostar na democratização política

---

<sup>1</sup> UNESP – Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Letras – Departamento de Antropologia, Política e Filosofia. Araraquara – SP – Brasil. 14800-001 – carlamartelli@process.com.br

da vida nacional”. (RIDENTI; REIS FILHO, 2007, p.17). Haveria, portanto, um “[...] empenho incansável pelo objetivo imposto pelas circunstâncias pós-64 – o restabelecimento da democracia, meta à qual os comunistas tudo subordinavam, inclusive sua própria identidade”. (RIDENTI; REIS FILHO, 2007, p.40). Os autores sugerem que o fato de um presidente de esquerda ter tido espaço para chegar ao poder é prova do fortalecimento das esquerdas e da democracia, processo esse que encontra na trajetória do PCB expressão ímpar.

Jean Rodrigues Sales discorre sobre as questões que levaram à cisão, em 1962, no interior do PCB. Por várias razões, detalhadamente explicadas pelo autor, nomes do PCB fundam o PCdoB e, a partir de então, a esquerda brasileira passa a ter dois partidos comunistas, os quais travam uma verdadeira batalha pela herança política e simbólica do comunismo brasileiro, apresentando-se ambos como herdeiros da fundação de 1922. O PCdoB surge exatamente no contexto do autoritarismo e ditadura militar, fato esse que o coloca em plena luta pelo resgate da democracia e das liberdades civis. O autor também toma a campanha vitoriosa de Luiz Inácio Lula da Silva à presidência da República, governo do qual o PCdoB faz parte, para evidenciar o papel deste partido no fortalecimento da esquerda e da democracia. Os ventos do Leste Europeu varreram do mapa muitas organizações comunistas, inclusive o PCB, e reduziram outras a uma atuação politicamente insignificante. Por este viés, acredita o autor, o PCdoB pode-se considerar um partido vitorioso pois que, ainda que com um número restrito de militantes, tem conseguido relativo crescimento político, sendo, entre os comunistas brasileiros, o grupo de maior expressão.

No importante capítulo sobre as esquerdas armadas do período 1964-1974, Marcelo Ridente mostra o papel fundamental que essas desempenharam nos desdobramentos posteriores da história do marxismo no Brasil. Destaca o fato de que as diferentes organizações armadas compartilhavam três características: eram fruto de um mesmo processo histórico, ou seja, compartilhavam uma conjuntura específica marcada pelo advento da ditadura militar; no cenário internacional estavam marcadas pelo surgimento de correntes que se intitulavam de “nova esquerda”, procurando romper com as amarras teóricas e práticas impostas pelos partidos comunistas tradicionais, que já não se revelavam capazes de dar conta das rápidas transformações sociais e, por fim, compartilhavam a interpretação da economia brasileira segundo a qual o Brasil estaria vivendo um processo irreversível de estagnação. Daí acreditarem que só um governo popular possibilitaria a retomada do desenvolvimento. No entanto, apesar de várias tentativas fundamentadas em intenções revolucionárias, com uma ou outra operação guerrilheira bem-sucedida, o autor mostra que os grupos armados não tinham condição de enfrentar o poder da ditadura – os militares desmantelaram rapidamente as organizações armadas, especialmente entre 1969 e 1971 -, fato esse que teria levado certos analistas a caracterizar essas lutas mais como de “resistência”.

Após a derrota da experiência armada, as esquerdas tenderiam, cada vez mais, a valorizar as liberdades civis e a democracia, ainda que sem chegarem a um consenso sobre o significado desta última. Também teria se consolidado a idéia de que reformas e revoluções não se fazem sem sólido embasamento político e social, ancorados especialmente entre os trabalhadores e os despossuídos em geral. Essas duas reavaliações teriam contribuído significativamente para o redirecionamento das posições e práticas das esquerdas marxistas no Brasil.

A trajetória trotskista também não fugiu à regra. Como apontam Dainis Karepovs e Murilo Leal, esteve envolvida na política de luta pelas liberdades democráticas e pelo fim da ditadura militar. Os trotskistas estiveram presentes nas greves do ABC de 1979, 1980, 1981, as quais estabeleceram as bases para uma revolução do sindicalismo que desembocou na fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) em 1983; contribuíram com a elaboração da “Carta de Princípios e Plataforma Política” lançada em 1979, pelo PT; participaram do Congresso de Refundação da UNE, em 1979 e da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas, em 1982. Ou seja, no período que vai de 1979-1983, os trotskistas tiveram papel decisivo na configuração dos caminhos e organizações que fazem parte do Brasil de hoje. E, na perspectiva dos autores, isso se deve ao fato de que os trotskistas estavam em melhores condições de participar do novo ascenso operário e popular porque estavam desligados da tradição stalinista e estavam desvinculados das experiências de guerrilhas, que implicavam desvalorização da luta política institucional. Por esse viés, as organizações trotskistas se beneficiaram da política de luta pelas liberdades democráticas e fim da ditadura militar e puderam obter um crescimento, tanto no que diz respeito à militância quanto à influência política e social.

Paulo Henrique Martinez traz uma contribuição importante ao perpassar a trajetória do Partido dos Trabalhadores, de 1980-2005 e ao pontuar a importância que o marxismo desempenhou na formação do PT. Chamando a atenção para o fato de que a história do PT ainda está para ser feita, enfatiza que a história da democracia no Brasil, nos últimos 25 anos, “[...] confunde-se com a história dos nossos partidos políticos, particularmente com a do PT [...]” (RIDENTI; REIS FILHO, 2007, p.282). Destaca que a democracia tem sido a mais forte bandeira de luta do PT desde a sua fundação até os dias de hoje.

Olhando não mais sob a perspectiva dos partidos e das organizações, mas dos movimentos, Denise Rollemberg, ao falar daqueles que se formaram no período de exílio (1964-1979), mostra de que modo a democracia foi aparecendo e se impondo como valor para a esquerda brasileira, marcada, como toda a sociedade na época, por concepções e práticas autoritárias. Novas referências passariam a ser consideradas por esses movimentos no projeto de transformação social. Outras se manteriam e se consolidariam. O artigo fala da importância da imprensa e, em particular,

da *Revista Debate*, como lugar privilegiado para reflexão de temáticas até então descon sideradas: internacionalismo, democracia, feminismo, racismo, movimento sindical, luta armada e revolução. Se a *Debate* surgiu pretendendo fazer cumprir a idéia leninista de órgão de imprensa com o papel de veículo unificador, acabou funcionando como um centro de estudos e, até mesmo, como um movimento cultural, com presença entre os exilados e elevado nível de discussão teórica. Consolidou-se como revista de resistência à ditadura. Ainda que tenha sido sempre contrária à concepção pluralista, a *Debate* concretizou o que negara teoricamente: o pluralismo. E por meio de várias posturas e interpretações, fornece inegáveis contribuições à medida que traz elementos que permitem melhor compreensão da esquerda: até onde uma parte da esquerda que havia participado da experiência dos anos 1960, foi capaz de se renovar ou de formular alternativas para a luta política que prosseguia. A democracia aparece como uma forma de luta, ainda que não sem ambigüidades no entendimento de seu conteúdo e de sua prática.

Analisando o movimento feminista no Brasil, Maria Lygia Quartim de Moraes mostra que a teoria e a prática das feministas dos anos 70 partem da crítica ao movimento comunista oficial, pois que esse reservava à mulher (não a burguesa) um papel subalterno de colaboração com a única e verdadeira vanguarda proletária: o proletariado, no masculino. Os partidos comunistas brasileiros não teriam fugido à regra, incorporando com rigidez os preconceitos machistas sobre as mulheres. O preconceito em relação às lutas das mulheres estimulou as militantes a formar grupos exclusivamente femininos. Hoje, a oposição ao neoliberalismo transformou-se na bandeira unitária de luta (tanto para o feminismo liberal quanto para o feminismo socialista). A luta pela democracia e pela igualdade na vivência plena da cidadania encarna a própria essência do movimento feminista.

Marco Aurélio Santana e Ricardo Antunes contribuem trazendo elementos para uma maior compreensão da relação do PCB com os trabalhadores e o sindicalismo, desde o momento de sua hegemonia na esquerda, até seu enfraquecimento e o então fortalecimento do PT, na representação dos trabalhadores e sindicatos. Os debates entre as concepções do PCB e as do PT marcaram um fato importante na tradição de esquerda no Brasil. No período pós-1945, o PCB manteve relativa hegemonia nas áreas sindicais e na representação política dos trabalhadores; já nos anos 80, o quadro modificou-se sobremaneira. Os grupos representados no interior do “sindicalismo autêntico” e no PT seriam adversários que o PCB jamais havia enfrentado. E foram esses mesmos grupos que acabaram por superar o PCB no espaço sindical e político, o que levou o Partido Comunista Brasileiro a uma crise (quase) terminal, no início da década de 90. O PCB, no contexto da ditadura militar, teria se visto privado dos acessos para a manutenção de sua hegemonia na esquerda e não soube entender e se relacionar com os novos elementos de transformação social e econômica trazidos no

bojo da ditadura. Foi assim que, “[...] ainda que lentamente, o PCB foi dilapidando seu patrimônio político e entregou seu espaço de representação a um outro partido, o PT” (RIDENTI; REIS FILHO, 2007, p.401). Quando desmoronou a União Soviética, o PCB, desprovido de base social operária e sindical, viu ruir seu projeto também no cenário internacional. Se é verdade que o PT assumiu o espaço de representação que fora do PCB, pensar a relação que tem construído com os trabalhadores e o sindicalismo hoje é tema para outro capítulo da história das esquerdas brasileiras, como sugerem os autores.

Michael Lowy discorre sobre o “Cristianismo da Libertação”, que é expressão de um vasto movimento social que aparece no Brasil desde o começo dos anos 60. Afirma que sem entender este movimento é impossível entender o conflito entre a Igreja e o regime militar ao longo dos anos 70, assim como o surgimento do PT, da CUT e do MST, já que grande parte dos militantes e quadros dirigentes dessas novas organizações vem das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e pastorais populares, e é no “Cristianismo da Libertação” que se encontra a motivação primeira de seu compromisso social e de sua “mística” política. Uma das grandes novidades do “Cristianismo da Libertação” é a integração de elementos fundamentais do marxismo. Graças a ele, idéias, temas e valores do marxismo – de forma seletiva e reformulados em termos político-religiosos – foram assimilados por amplos setores populares no Brasil. Daí o papel fundamental deste movimento para o fortalecimento das esquerdas marxistas e para a consolidação da democracia.

Aliás, falar em esquerdas marxistas, no plural, poderia ser o conselho dado por Daniel Aarão Reis no artigo que encerra a coleção dos textos sobre a história do marxismo no Brasil, pois que mostra haver grande dificuldade de definir marxismo, dada a diversidade que assume no transcorrer da história, por diferentes personagens e em diferentes lugares. No entanto, procura definir marxismo partindo de cinco aspectos fundamentais: 1- a crítica à sociedade capitalista, concebida como totalidade e suscetível de conhecimento científico; 2- a perspectiva e o compromisso com a mudança, combinando-se propostas e políticas de reforma e de revolução; 3- a mudança articula-se com a ambição de formular uma alternativa: o socialismo; 4- a idéia de que todo arcabouço teórico e político repousa nos ombros de uma classe social: o proletariado; 5- o futuro está plasmado na utopia, a longo prazo, de uma sociedade de abundância, fundada na igualdade e na liberdade: o comunismo.

Buscando fazer um balanço do marxismo nos dias de hoje no Brasil, o autor analisa cinco partidos: PT, PSB, PCdoB, PSTU e P-SOL. Todos eles se dizem representantes da classe trabalhadora, comprometendo-se na defesa de seus interesses, mas assumem posições diferenciadas com relação às estratégias que deveriam ser adotadas para mudança da sociedade: propostas reformistas, revolucionárias, ou uma combinação complexa entre esses dois caminhos? Considerando as diversas

interpretações da doutrina e os variados ângulos de análise, desde o reformismo mais brando às propostas mais radicais e revolucionárias, a análise mostra que o marxismo está vivo no Brasil. No entanto, observa que “[...] os maiores partidos não cultivam o marxismo com a intensidade, ou com a profundidade, ou com a seriedade e a conseqüência que se encontram entre os menores. E isso talvez seja sintomático de uma repercussão menor, ou declinante, da doutrina na sociedade” (RIDENTI; REIS FILHO, 2007, p.458).

José Murilo de Carvalho (2001), procurando explicar porque a democracia brasileira foi a pique em 1964, observa que pode ter havido falta de convicção democrática das elites, tanto de esquerda como de direita. Os dois lados teriam se envolvido em uma corrida pelo controle do governo que deixava de lado a prática da democracia representativa. As lideranças “caminharam na direção de um enfrentamento fatal para a democracia” (CARVALHO, 2001, p.151), como a nossa história assim o confirmou. Foi preciso, então, longo período de autoritarismo e ditadura para reacender a chama, dentre as esquerdas, da importância ímpar da vivência democrática e das liberdades civis. Se até os anos 70 a palavra *revolução* gozava de grande legitimidade dentre as esquerdas – e não só entre elas, pois o contexto político internacional dissemina o termo, o que explica o motivo do “golpe de 64” ser intitulado por muitos, “*revolução* de 64” -, é a experiência das esquerdas no período analisado na coletânea que explica o crescente processo de enfraquecimento do termo *revolução* e, em igual medida, de fortalecimento das palavras *democracia*, *participação e cidadania* no vocabulário nacional.

A chama da democracia foi reacesa nas esquerdas brasileiras e, por elas, no cenário nacional. Como poderá ser reacesa a chama do marxismo, com ventos soprando tão contrariamente, e se será, já é tema para uma nova coletânea.

RIDENTI, M.; REIS FILHO, D. A. (Org.). **História do marxismo no Brasil**: partidos e movimentos após anos 1960. Campinas: Ed. UNICAMP, 2007. v.6.

## REFERÊNCIA

CARVALHO, J. M. de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.